



ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, com início às 08:30 horas, realizou-se a 16ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes/MT, 5º andar, sob a Presidência do Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes/MT, PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta do Livro de Presença: PEDRO DA COSTA CARVALHO, JOSÉ AUGUSTO VALENTE e GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES. Compareceram, como convidados: LUZIEL REGINALDO DE SOUZA – Diretor da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP, JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOK DE SÁ – Chefe de Gabinete/DNIT, HERNANI LACERDA ALVES – Auditor Chefe AUDINT/DNIT e MARIA JOSÉ DOS REIS MARQUES – Coordenadora de Assuntos Institucionais - MT. Declarada aberta a sessão, o Conselho de Administração passou a examinar a matéria constante da pauta. ITEM 1 – LEITURA, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA CA/2005 – A ata foi lida, aprovada e assinada. ITEM 2 – EXPOSIÇÃO SOBRE O CONVÊNIO COM O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO - DEC / MINISTÉRIO DA DEFESA – Dr. SADOK apresentou informações sobre o Convênio com o Departamento de Engenharia e Construções – DEC tecendo breve explicação sobre o Plano de Trabalho: 1 - DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE; 2 – DADOS CADASTRAIS DO CONCEDENTE; 3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO: Título do Projeto – Desenvolvimento e Implantação de um Sistema de Gestão Estratégica / Operacional em apoio à Direção-Geral do DNIT; Período de execução, 360 dias. Identificação do Objeto: Serviços necessários ao desenvolvimento e implantação de metodologias e ferramentas gerenciais, visando o aprimoramento do desempenho das atribuições da Direção-Geral do Órgão, concernentes à avaliação e acompanhamento dos planos e programas de infraestrutura de transportes e à gestão, principalmente com relação à prestação de contas da Autarquia, de acordo com Plano de Trabalho, por meio de um Sistema de Gestão Estratégica / Operacional. Justificativa da Proposição: possibilitar ao Exército Brasileiro o adestramento de seus quadros, mantendo em nível elevado a capacitação operacional na área de engenharia de construção e de pesquisas científico-tecnológica a cargo do CENTRAN, de forma permanentemente ajustada à doutrina militar terrestre, para atuar eficazmente no apoio às operações militares, de combate e logística e transferindo para o DNIT o conhecimento e as tecnologias disponíveis e outras a serem desenvolvidas em conjunto, visando o aprimoramento e controle dos processos dentro da conceituação de um Sistema de Gestão Estratégica/Operacional, que promoverá a melhoria contínua do órgão, bem como otimizará os processos de cadastro e controle de licitação, corregedoria, auditoria e informação, seguindo um Planejamento Estratégico previamente concebido em sintonia com a política geral do órgão. 4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – Especificação prevendo: Unidade; Quantidade; Duração: Início e Término; Para o Desenvolvimento e Implantação de um

Sistema de Gestão Estratégica / Operacional em apoio à Direção-Geral do DNIT. 5 – PLANO DE APLICAÇÃO - Natureza da Despesa: Código – 33.90.00; Especificação: Estudos e Pesquisas para o Planejamento de Transportes. TOTAL GERAL – 4.658.632,76 (Quatro milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos). 6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$) Concernente: Ano-2005, com um total de 3.158.632,76 (Três milhões, cento e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos), tendo como total geral 4.658.632,76 (Quatro milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos). Continuou explicando que está previsto o início da execução dos trabalhos para janeiro de 2006, com duração até dezembro do mesmo ano, ou até que o órgão tenha um quadro de pessoal capaz de absorver tais necessidades. Enfatizou que muito serviço tem sido feito, com esforço e aplicação, porém, o DNIT não consegue demonstrar e até mesmo divulgar as suas obras executadas, pois precisa de um sistema de informação único, que uniformize as informações geradas pelo Departamento proporcionando eficiência e economia. Citou, como exemplo, a Coordenação Geral de Modernização e Informática – CGMI / DNIT, atualmente carente de profissionais, afirmando que está sendo analisada a possibilidade de contratação de dois analistas de sistemas, para auxiliar nas áreas de suporte técnico, avaliação de conteúdo, relatórios e implantação de softwares. Essa contratação visa melhorar a estrutura do Órgão de dentro para fora, em áreas importantes, a exemplo da Auditoria Interna, cuja solicitação feita por meio do Memo nº 1480/05 e Ofício 062/05, já foi atendida, e que não possuía mão de obra especializada em número suficiente. Esse trabalho será desenvolvido por vários grupos, que ficarão subordinados a áreas específicas do gabinete, apresentando seus produtos quando concluídos. Dr. Paulo agradeceu a exposição feita pelo Dr. SADOK, asseverou que é de suma importância que essa equipe tenha compromisso de forma continuada, seja na área de produção ou de desenvolvimento, articulando-se internamente com os Diretores e com os demais setores responsáveis. Disse que, seja através do Convênio com o DEC ou de qualquer instrumento que viabilize esses objetivos, não se tem dúvida do grande esforço no sentido de levar o DNIT a um padrão de excelência, na condução de sua responsabilidade pública. ITEM 3 – EXPOSIÇÃO SOBRE O SISTEMA DE CUSTOS RODOVIÁRIOS - SICRO - A deliberação sobre esta matéria foi adiada. ITEM 4 - AVALIAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 82/2005 – O Presidente discorreu sobre o tema, lembrando que em 2002 o governo editou uma Medida Provisória viabilizando a transferência de parte das rodovias federais para a jurisdição estadual, caracterizando um acordo voluntário entre as partes, o que de fato se materializou por termos de compromisso entre o Ministério dos Transportes e o Governo dos Estados envolvidos. Frisou que, à época, excetuado o Estado do Mato Grosso do Sul, todos os outros Estados apresentaram dificuldades na efetivação da transferência. Na esfera do Poder Legislativo, o Congresso Nacional se organizou por meio da Comissão de Viação e Transportes para debater o tema, promovendo, inclusive, uma audiência pública, da qual fez parte. A audiência deu origem à constituição de um grupo de trabalho, formado por





parlamentares, três representantes dos Estados envolvidos, um representante do Ministério da Fazenda - MF, um representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG e um representante do Ministério dos Transportes - MT. O referido grupo chegou a uma proposta, que, resumidamente, visou adiar o período de transferência das rodovias federais assegurando que a União aplicasse recursos para recuperação dessas rodovias, havendo um pressuposto de cumprimento dos Estados no que diz respeito à aprovação de leis estaduais para serem absorvidas. Dr. Paulo informou que analisando tal proposta se verifica a necessidade de um desenho de programa de apoio à descentralização. Seria ideal que tal programa fosse elaborado para um prazo de três anos, o que viabilizaria a regularização de qualquer pendência. Outro ponto importante, é o fato de que a União não poderia arcar com todos os custos, exemplificou uma relação de 70% (setenta por cento) para a União e 30% (trinta por cento) para os Estados. Dr. Paulo asseverou que esse assunto tem percorrido escalões elevados do governo, que também examinam essa matéria. Disse acreditar que haverá maiores cobranças por solução, pelo fato de que a população não quer saber se a rodovia é Federal, Estadual ou Municipal, e os usuários querem e têm o direito, por pagarem impostos, de trafegar por rodovias em condições adequadas. O Governo tem interesse em encontrar uma solução, uma vez que esta questão envolve diretamente as populações que utilizam essas rodovias. Na vertente do Tribunal de Contas - TCU, por conta das demandas dos Estados, tanto no que se refere às condições das rodovias, quanto para a resolução do problema, foram expedidas duas cautelares no intuito de sustar o processo de transferência, o que o fez solicitar audiência com o Ministro Relator, juntamente com diversos parlamentares do Paraná e Rio Grande do Sul. O Tribunal se posicionou, recomendando ao DNIT no sentido de que tome a iniciativa de intervir nos trechos cujo grau de deteriorização seja emergencial. Por conta disso, o Departamento está desenvolvendo um plano de ação para verificar o quanto será necessário de recursos para cobrir as despesas para a execução de serviços de conservação e recuperação dessas rodovias, seguindo um escalonamento por ordem de prioridade. Dr. Valente manifestou-se dizendo que todos sabem que o problema é complexo, sendo necessária a busca por alternativas, até mesmo junto ao poder judiciário. Ressaltou que precisa ser feito um balanço dos custos envolvidos, levando em consideração fatores como o custo para a economia, em razão das rodovias estarem em uma situação delicada, custo de logística e custo operacional. Além disso, fatores negativos também podem trazer prejuízos, acarretando, por conseguinte, elevação desses custos. Disse que é importante pesar o fato de que uma boa política de descentralização é vital para o DNIT, para que a Autarquia tenha uma malha rodoviária em boas condições, bem pavimentada e possa inclusive partir para a construção de novas rodovias. O Presidente finalizou asseverando que a solução tem uma forte conotação política, onde o entendimento final deve ser bom não só para todos os segmentos envolvidos, mas principalmente para os usuários finais.

ASSUNTOS GERAIS - Dr. George registrou preocupação quanto a impossibilidade de empenhamento dos investimentos previstos na proposta orçamentária para 2006

enquanto o Congresso Nacional não aprovasse a Lei Orçamentária. Nestas circunstâncias informou que o Ministério do Planejamento solicitou do Ministério dos Transportes avaliação quanto aos prejuízos que resultam deste atraso na aprovação daquela Lei. Esta avaliação irá servir como fundamento a decisão de Governo quanto aos procedimentos a serem adotados para minimizar o prejuízo à nação. Neste sentido, ressaltou que cabe ao DNIT preparar os estudos necessários à avaliação do MT em tempo hábil. Dr. Pedro lembrou que as informações sobre o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, não estão chegando a contento, disse ainda que seria ideal pautar esse assunto para a próxima reunião do Conselho. Dr. Valente perguntou sobre o andamento do Projeto Piloto de Investimentos – PPI e quis saber qual seria a melhor maneira e periodicidade para o DNIT enviar ao Conselho um relatório do referido Projeto. O Presidente determinou que os dados poderiam ser encaminhados mensalmente, por e-mail, à Secretária do Conselho de Administração, para que sejam enviados aos senhores Conselheiros e que o Conselho oportunamente se reúna em função deste assunto, o que foi de imediato corroborado pelos demais Conselheiros. Ficou ainda marcada para a próxima reunião, uma apresentação sobre o Sistema de Custos Rodoviários – SICRO e sobre o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Senhores Conselheiros, dando por encerrada a sessão, às 10:00 horas, da qual, eu, ELYSIA BRANDI DE OLIVEIRA PORTELA, na qualidade de Secretária do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente e demais Conselheiros.....


Paulo Sérgio Oliveira Passos

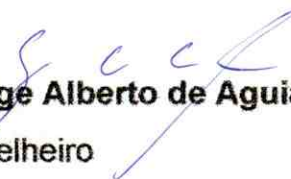
Presidente do Conselho


Pedro da Costa Carvalho

Conselheiro


José Augusto Valente

Conselheiro


George Alberto de Aguiar Soares

Conselheiro


Elysia Brandi de Oliveira Portela

Secretária